

Às margens do Sena

Em Paris, espera-se que o presidente José Sarney encaminhe ao presidente Mitterrand carta analisando a evolução negativa da situação financeira dos países latino-americanos. A missiva, acredita-se, destina-se a reforçar as posições do chefe de Estado francês no sentido de conseguir tornar mais suaves as condições de pagamento da dívida externa da América Latina. Preparando o espírito não só de Mitterrand, como dos chefes de Estado e governo dos países industrializados — que se reunirão em Paris durante as comemorações do bicentenário da Revolução Francesa —, a comitiva dos brasileiros que acompanham o presidente José Sarney alegra desde ontem as margens do Sena, demonstrando que afinal de contas o Tesouro Nacional do Brasil não está em tão graves dificuldades.

A crise brasileira decorre em boa medida do fato de o País oficial insistir em não se entrosar tecnologicamente com o mundo industrializado. Ilustre industrial gaúcho dizia, há dias, que apesar de o salário médio de um operário especializado norte-americano ser dez vezes superior ao do brasileiro, a participação dos salários na maioria dos produtos industrializados norte-americanos era inferior à que se obtinha no Brasil. O fato era consequência de a indústria norte-americana estar quase toda na “terceira onda”, enquanto o mundo oficial brasileiro insiste em manter a indústria brasileira no atraso da “segunda onda”. Talvez seja por isso que a Autolatina anuncia que poderá fechar a fábrica de motores de Taubaté, pois o produto brasileiro já não tem mais condições de competitividade nos Estados Unidos, seja pela política cambial seja pelos custos de produção.

Nos ministérios da Fazenda e do Planejamento — no segundo escalão, com toda a certeza — preparou-se há dias documento da maior relevância, entregue ao presidente da República. Nele se afirmava que a moratória se-

ria medida extrema, de consequências desastrosas para o País. E aduzia-se: “No momento, a situação de reservas internacionais e de geração de saldos comerciais não justifica a suspensão dos pagamentos da dívida externa”. Dias depois, o Banco Central do Brasil deixava de fazer pagamentos ao Clube de Paris. Note-se que não foi ao Citibank, ou outro credor privado: foi a esse clube seleto do qual fazem parte os governos credores — credores porque instituições de crédito oficiais emprestaram o dinheiro. O Brasil suspendeu os pagamentos *por ora*; é que a situação das reservas, que na semana passada era boa, no fim de semana se tornou insustentável sem que ninguém no governo percebesse o fato, parece. Isso, apesar de se saber e toda a Nação ter tido conhecimento de que os temores de muitos, a política errada no setor cambial e a cupidiez de alguns poucos tinham produzido sangria de mais de 2 bilhões de dólares nas reservas brasileiras — sangria legal, diga-se de passagem.

Esses três episódios que relacionamos indicam com clareza a distância que vai entre a realidade e o discurso oficial, afora a extensão e profundidade da crise. O Brasil está sendo governado pelo segundo escalão, e apenas quando a situação se torna desesperadora é que os tecnocratas passam o problema para os ministros (políticos por definição) para que eles assumam a responsabilidade de tudo resolver. Então, é tarde. O presidente, esse é o último a avaliar a gravidade das decisões, tanto assim que vai a Paris, permite que sua comitiva se engrosse antes mesmo de sua partida oficial e exhibe eternamente o sorriso daquele que dizia à marquesa que tudo ia bem...

A bem da verdade não se pode falar em moratória. A experiência da gestão Funaro impede que se profira a palavra maldita. Sucede, porém, que os credores — governos, FMI, Bird e bancos privados — não estão vivendo em clima de comemoração da Decla-

ração dos Direitos do Homem e do Cidadão; por isso pensam que, no fundo, o governo brasileiro pode estar preparando grupos de sapa para deitar abaixo as muralhas da Bastilha financeira. Ou têm obrigação de pensar diferente e de acreditar na boa vontade das autoridades de Brasília?

A credibilidade de um governo perante outros não se constrói apenas com afirmações genéricas; edifica-se sobre atos. A moratória do governo Sarney foi um ato. Os sucessivos planos para conter a inflação — tendo como único resultado desorganizar a economia e abrindo o caminho para a hiperinflação — demonstraram a todo o mundo que o governo Sarney e o Congresso eleito em 1986 não tinham, como de fato não têm, a menor intenção de aplicar medidas para reordenar a economia, racionalizar a máquina administrativa, sanear as estatais. A crise latente entre o Executivo e o Congresso apenas fez crescer a incerteza quanto ao amanhã. O que espanta é que o Executivo, analisando com frieza esses fatos e sabendo onde levariam, tenha esperado até o último momento para adotar decisões — isso depois de os tecnocratas do segundo escalão terem dito que tudo ia bem.

Atrasamos (assim reza a cartilha oficial) os pagamentos ao Clube de Paris, coisa que nem Funaro fez. Resta esperar que antes do encontro dos chefes de Estado e governo dos países industrializados mais ricos, em Paris, as contas tenham sido acertadas. Se não tiverem sido, será extremamente constrangedor para o presidente Sarney exhibir-se junto deles, credores, às margens do Sena, levando a carta que o presidente Mitterrand espera para, episódio da luzidia comitiva à parte, tentar convencer esses homens duros e empedernidos (além da sra. Thatcher) de que se deve ter piedade desses pobres povos da América Latina, que não são culpados pelos governantes que os desgraçam.